



O urbano como prática de preservação: Fragmentos urbanos como possibilidade de ampliação conceitual

Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural

Resumo. O artigo discute a prevalência do "urbano" enquanto objeto de preservação e aponta para outras possibilidades de leitura do território a partir da figura conceitual do fragmento patrimonializado para designar áreas cuja a homogeneidade não se apresenta como um valor em um contexto de paisagens fragmentadas de temporalidades distintas e sem uma lógica espacial total. Apesar da progressiva ampliação dos objetos de interesse para a preservação, passando do monumento para a paisagem em suas múltiplas escalas é necessário ampliar o arcabouço comum das práticas institucionais preservacionistas.

Palavras-chave. patrimônio cultural; patrimônio urbano; fragmentação; fragmento urbano; preservação

Urban as a preservation practice: Urban Fragments as a possibility of conceptual enlargement

Abstract. The article discusses the prevalence of the "urban" as an object of preservation and points to other possibilities of reading the territory from the conceptual figure of the heritage fragment to designate areas whose homogeneity does not present itself as a value in a context of fragmented landscapes of distinct temporalities and without a total spatial logic. Despite the progressive expansion of the objects of interest for preservation, from monument to landscape in its multiple scales, it is necessary to expand the common framework of institutional preservation practices.

Keywords: cultural heritage; urban heritage; fragmentation; urban fragment; preservation

Lo urbano como práctica de conservación: los fragmentos urbanos como posibilidad de ampliación conceptual

Resumen. El artículo discute la prevalencia de lo "urbano" como objeto de preservación y apunta otras posibilidades de lectura del territorio desde la figura conceptual del fragmento patrimonial para designar áreas cuya homogeneidad no se presenta como un valor en un contexto de paisajes fragmentados de temporalidades distintas y sin una lógica espacial total. A pesar de la progresiva ampliación de los objetos de interés para la preservación, pasando del monumento al paisaje en sus múltiples escalas, es necesario ampliar el marco común de las prácticas institucionales de preservación.

Palabras clave: patrimonio cultural; patrimonio urbano; fragmentación; fragmentación urbana; conservación

1. Introdução:

O presente artigo vincula-se à pesquisa de doutorado em desenvolvimento, que investiga, a partir do bairro de Cidade Nova, na cidade do Rio de Janeiro, possibilidades de ampliação conceitual do que habitualmente se convenciou a chamar de "conjuntos urbanos" no campo da preservação do patrimônio cultural. Entende-se que esta categoria, apesar de amplamente utilizada, não é suficiente para abordar trechos de cidade tombados ou preservados, que possuem, como característica central, paisagens fragmentadas de temporalidades distintas e sem uma lógica espacial total. Propõe-se apresentar uma breve discussão sobre os limites e alcances das

categorias atuais, a emergência da temática urbana no campo do patrimônio cultural e uma breve conceituação do que se entende como “*fragmento patrimonializado*”, buscando novas possibilidades para o tratamento de áreas preservadas heterogêneas e inseridas em contextos urbanos complexos.

A historiografia do campo do patrimônio cultural é outro ponto que merece destaque em nosso contexto, como por exemplo a ampliação conceitual fornecida pela Carta de Veneza, de 1964, destacada como marco para a valoração do patrimônio. Isso porque o ano de sua promulgação é também o ano em que no Brasil o presidente democraticamente eleito João Goulart é deposto e têm início o período de Ditadura Militar, que perduraria até 1985.

Para além da ruptura democrática, o golpe também traz uma nova leitura sobre os processos urbanos e as formas de intervenção na cidade, o que vai reverberar na atuação das instituições de patrimônio e na própria percepção das comunidades locais, sob muitos aspectos em reação aos projetos de renovação urbana e de demolições de áreas referenciais, sobretudo na região central. Impulsionadas pelo chamado “milagre econômico”, obras de infraestrutura e modernização de núcleos urbanos foram realizados em todo país.

Associados à essas grandes transformações há que se considerar o momento de restrições de direitos do período da ditadura militar e as formas de atuação encontradas para a manutenção da escala urbana e a ambiência destas áreas, ou que delas sobrou no imaginário urbano, sobretudo pelo viés do tombamento ou da inserção de instrumentos na política urbana, como o caso do Corredor Cultural, APA e APAC no Rio de Janeiro.

Contudo, ainda que a ampliação dos objetos patrimonializados seja uma realidade, os métodos de análise e em especial os meios para a operacionalização da política de preservação permanecem ancorados em instrumentos criados na década de 1930, como o tombamento. Mesmo com adições necessárias como o Registro do Patrimônio Imaterial e a Chancela da Paisagem Cultural, além do instrumental a disposição dos municípios por meio de Plano Diretores, as abordagens carecem de um olhar ampliado sobre a realidade urbana contemporânea.

Isso porque, a leitura estritamente histórica do território para fins de preservação não consegue abarcar a realidade urbana com clareza, o que acarreta conflitos de ordem material e social. Parte desses conflitos estão relacionados a relação que estes conjuntos urbanos patrimonializados assumem e as dinâmicas urbanas do entorno no qual estes conjuntos se localizam.

A preservação dos antigos centros e de fragmentos da cidade têm levantado nos últimos tempos discussões sobre a revisão de conceitos fundamentais como: (A) A adequação dos instrumentos de preservação; (B) Os novos usos conferidos às áreas preservadas; (C) As diferentes interpretações sobre o passado urbano, e; (D) Necessidade da aproximação disciplinar para a construção de uma inter e transdisciplinaridade, aproximando de certa maneira a discussão sobre o patrimônio, antes reservada à história da arquitetura e urbanismo, para o urbanismo e o planejamento urbano.

Parte da necessidade de revisão destes conceitos está pautada na progressiva ampliação dos objetos de interesse para a preservação, passando do monumento aos conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas, e mais recentemente, aos patrimônios imateriais e à paisagem em suas diversas escalas territoriais. Soma-se ainda a proximidade temporal de referências de um passado cada vez mais próximo e uma realidade urbana cada vez mais complexa, criando e impondo novas questões para a gestão do conjunto patrimonializado nas cidades contemporâneas.

A experiência recente no processo de produção e reprodução do espaço urbano, marcados pela dispersão urbana e conseqüente fragmentação, conforme leitura de Solà-Morales (2003), Secchi (2006) e Ascher (2010), adicionam outras condicionantes a serem consideradas na leitura sobre o patrimônio urbano, como a integração das áreas patrimonializadas com as demais dinâmicas urbanas e multiplas camadas de intervenções urbanas cristalizadas ao longo do tempo.

Com a ausência de uma lógica espacial total, regularidade e continuidade da malha urbana, o fragmento – figura que em si possui distintas e conflitantes interpretações – apresenta-se como a principal unidade de intervenção de projetos de requalificação e renovação urbanas que em muitos casos adotam como objeto as áreas patrimonializadas.

Considerando que essas áreas, selecionadas e operadas por um regime diferenciado através do tombamento, e dotadas de outros sentidos atribuídos pelas instituições de patrimônio, também se comportam como fragmentos instaurados pela própria ação da preservação, podemos estender a unidade do fragmento para a análise e compreensão de áreas patrimonializadas.

Entende-se que a seleção dos conjuntos e paisagens a serem protegidos no meio urbano pode ser expressa através da delimitação de fragmentos patrimonializados, a medida em que são: (A) Fragmentos de temporalidades distintas e modos de ocupação; (B) Operacionalizadas a partir da diferenciação em relação ao seu contexto urbano ou entorno imediato, portanto, hierarquizadas; (C) Parcialmente singularizadas no contexto das normativas urbanas, adquirindo normativas específicas em relação aos instrumentos básicos das políticas de desenvolvimento urbano, como o Plano Diretor, e; (D) Alimentadas de sentido não apenas por relações sociais desenvolvidas no cotidiano e adensadas pelo tempo, mas mediadas a partir de novas narrativas construídas institucionalmente.

Nesse contexto em que áreas onde múltiplas camadas se sobrepõem, e, portanto, a leitura material é mediada pela preservação da paisagem/patrimônio, projetos de renovações, intervenções pontuais e racionalidades distintas que surge o questionamento de como empreender a análise deste território no tempo presente? Quais as implicações e potencialidades destes territórios? Sobretudo no entendimento do patrimônio urbano no contexto das dinâmicas urbanas contemporâneas?

O entendimento colocado aqui é que o patrimônio, embora se remeta ao passado e a diferenciação entre camadas, só pode ser operado na realidade presente, como fenômeno contemporâneo e conforme Mattos (2019, p.51) é *“indissociável das transformações por quais passam as cidades em quaisquer de suas temporalidades”*.

Portanto, é necessário que os meios de análise sejam ampliados para a compreensão do contexto urbano e contemporâneo desses *fragmentos* identificando os possíveis cortes de camada e descontinuidades da malha urbana, como possibilidades de integração entre preservação e desenvolvimento.

Se a relação que se estabelece com o restante da cidade é a de que aquele conjunto em especial possui características distintas que justificam sua preservação, a propriedade operada é o da diferença material e simbólica. Para além dessa propriedade é preciso ampliar as relações com o contexto urbano de maneira a superar a noção de monumento histórico¹ e um entorno que o qualifica (ou não) para uma relação dialética entre o conjunto patrimonializado e seu contexto urbano.

2. O Urbano como objeto de preservação:

O crescimento da temática *“urbana”* no campo da preservação do patrimônio não é dado novo e se dá de maneira mais intensa a partir do final da década de 1970, na passagem de uma noção de patrimônio centrada no *“monumento”* para uma ideia de patrimônio como *“documento”*. Soma-se a essa noção ampliada, o rápido crescimento pelo qual passaram as cidades e as pressões imobiliárias e econômicas sobre as áreas mais antigas das cidades.

Mas quais as implicações da adoção do adjetivo urbano para abordar o patrimônio? Antes de tudo cabe diferenciar cidade de urbano, isso porque ao nomear o patrimônio como urbano, indicamos que este não está apenas inserido na cidade, mas é entendido como parte integrante de uma estrutura urbana material e simbólica. Não fosse o caso, poderíamos nos limitar a nomeá-los como

“bens culturais na cidade” ou “patrimônio cidadão” em um breve jogo de palavras apenas no sentido de estabelecer sua posição geográfica.

A adoção do adjetivo urbano em contraposição ao substantivo cidade e a escolha de termos como paisagem urbana, memória urbana, patrimônio urbano, entre outros, recortam o nosso mundo social a medida em que passam a designar experiências e práticas do campo, associadas às definições e conceituações do mundo material. Isso porque embora a princípio semelhantes, as palavras e os conceitos se entrecruzam, mas apontam para caminhos diversos. Conforme destaca Lencioni (2008) a ideia de cidade parece mais clara que a ideia de urbano, contudo, o conceito de cidade é ainda obscuro.

Utilizamos a mesma palavra para designar locais de dimensões e características distintas. Uma mesma palavra designa Ouro Preto, Brasília, Parati, São Paulo ou Rio de Janeiro, apenas para ficarmos em nosso contexto nacional. Mas a complexidade se apresenta latente quando comparamos cidades com contextos históricos e sociais tão distintos quanto cidades europeias e as latino-americanas, por exemplo.

Em se tratando do adjetivo urbano, se sua ideia não nos parece clara, tampouco o conceito o é. Justamente porque embora partam de origens distintas do latim, como Urbanus e Civitas, seu uso é comumente indiferenciadoⁱⁱ. Diversos autores, sobretudo no campo da geografia, apresentaram conceituações sobre a cidade, o urbano e sua devida distinção, como Henry Léfèbvre (2004), Manuel Castells (2000), Milton Santos (1992), entre outros.

Mas é a explicação da geógrafa Maria Adélia de Souza que nos basta neste debate ao apresentar uma clara distinção entre os conceitos ao citar Milton Santos, “[...] a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza a cidade.” (1999, p.9)

As palavras delineiam conceitos, tanto quando os conceitos orientam a escolha das palavras. Portanto, não se tratam apenas, em nosso contexto patrimonial, da extensão das áreas preservadas e sua localização, mas abrangência das relações sociais e espaciais estabelecidas com a cidade, ela própria um bem de interesse cultural, em um contexto de progressiva ampliação dos objetos de interesse para a preservação.

No âmbito internacional, desde 2011, sobressai como nova abordagem difundida pela UNESCO, a Paisagem Histórica Urbana (HUL), com o objetivo de fornecer uma leitura integrada de paisagens urbanas.

Ao historicizar os debates que culminaram na criação do HUL, Bandarin (2012) apresenta uma reflexão sobre o interesse nas cidades e conjuntos urbanos enquanto objetos patrimonializados no contexto da UNESCO. Segundo o arquiteto, a conservação urbana é hoje um dos principais temas da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972). Das 1.154 inscrições, 897 são sítios culturais, dos quais, cerca de 300 são cidades.

Se por um lado, esses dados mostram a centralidade desses sítios urbanos no debate internacional, por outro apontam para a complexidade da gestão desses bens. Isso porque originalmente a Convenção foi pensada para a tutela de monumentos e não cidades. Outro ponto é sobre o tipo de cidades contempladas na Lista da UNESCO e as formas de gestão adotadas.

Habitualmente esses sítios são áreas demarcadas como históricas dentro do perímetro urbano, as quais devem ser conservadas frente à um contexto urbano em constante transformação. De certa forma essa distinção facilitaria a ação de gestão e conservação a medida em que se criam normas e regramentos específicos para determinado distrito “histórico”. Mas essa distinção entre histórico e não histórico, conforme aponta Bandarin, é uma distinção artificial à medida que mesmo as áreas de preservação também estão em constante transformação, assim como às “áreas não-históricas” também são reinterpretadas segundo valores socioculturais atribuídos por seus habitantes.

Conforme aponta Lepetit (2001), a cidade é formada por um processo temporal complexo, composto por *“uma pluralidade de tempos descompassados cujas modalidades de combinação geram mudanças a cada instante”* (p.174). Seus elementos se consolidam e se transformam em velocidades diferentes, isto é, a rede viária é mais antiga e duradoura que o loteamento, que por sua vez é mais antigo que as construções eles abrigam. Vazios resistem mais que os cheios e as estruturas menos materiais duram mais que o construído. Os tempos da cidade vão sendo constantemente demarcados e redefinidos, seja na escala das grandes intervenções ou das pequenas transformações que modificam o tecido material ou simbólico (idem).

Nesse sentido, o patrimônio é também transformado e reinterpretado segundo temporalidades complexas. Bandarin oferece como exemplo desta artificialidade, os planos para o centro histórico da cidade de Bolonha (Itália). Se no primeiro e paradigmático plano de salvaguarda e reabilitação urbana, formulado pela equipe coordenada por Pier Luigi Cervellati em 1969, o centro histórico foi classificado em 13 conjuntos urbanos homogêneos que em síntese representavam o distrito histórico de Bolonha, reconhecido por sua população. No novo plano urbanístico para Bolonha, aprovado em 2007, após um processo participativo, o perímetro histórico foi ampliado para áreas ao redor do então distrito histórico, inclusive com a incorporação de áreas construídas nos anos de 1950, como um conjunto habitacional localizado para além da linha férrea, mas ainda assim reconhecido pela população por seus valores históricos.

A inclusão de áreas de temporalidades distintas na demarcação do que seria o distrito histórica da cidade demonstra que os valores e limites do que se entende por patrimônio estão em constante mutação e ampliação. Isso porque não só o suporte material (a cidade) é mutável, como também as relações sociais, econômicas e políticas que nela se estabelecem e as dotam de sentido (o urbano) também estão.

Ao considerarmos que a experiência cotidiana e as formas de apropriação do espaço, moldam e constroem a cidade, podemos entender esse processo de ampliação e adição de novas temporalidades como um processo de “seleção cumulativa”, tal qual Secchi (2006), descreve como processo de construção das cidades e do próprio urbanismo, onde esse processo é fruto da construção de ideais e imaginários sobre o território e a própria cidade em que o presente é produto de *“uma longa série de práticas que levaram a destruir, modificar, conservar ou construir ex novo algo que antes nem podia ser imaginado”* (p. 87). Secchi complementa que tais práticas não se configuram apenas em continuidade ao passado, mas também como *“confronto entre as condições do presente e os seus próprios desejos”* (p. 18), portanto as práticas, sejam culturais, sociais, econômicas e políticas não se dão sem conflitos.

Poderíamos então compreender os conjuntos urbanos protegidos ou trechos de cidade delimitados como “históricos” em sua acepção formal e de certa forma reconhecidos por sua homogeneidade ou o compartilhamento de características comuns entre os elementos que os conformam, como um processo de construção de ideais e imaginários sobre o próprio patrimônio? Ideais uma vez que a experiência do cotidiano nos aponta para desvios da lógica de “conjunto urbano patrimonializado”, coeso e consolidado, ampliando sua espacialidade para outras áreas e temporalidades, por vezes sem relação espacial direta, como o conjunto habitacional localizado em outra margem da linha férrea de Bolonha, conforme mostra Bandarin?

Seria então a Paisagem Urbana Histórica (HUL) a perspectiva de rompimento com o patrimônio ideal, se aproximando do patrimônio real e em toda sua complexidade, urbano?

A imagem do patrimônio ideal, coeso, consolidado e facilmente identificável ainda é uma questão central, conforme a recomendação, embora a nova abordagem aponte para questões relevantes como a presença de múltiplas temporalidades na cidade, a apreensão do patrimônio pelos moradores locais e o contexto urbano. Embora se pretenda abordar de forma mais ampla, as questões inerentes à preservação urbana, a adição do adjetivo urbano neste caso parece remeter muito mais ao cidadão, em referência ao contexto urbano no qual o patrimônio se localiza.

A leitura da Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, demonstra de maneira mais clara a preocupação com os centros históricos e os efeitos diretos da urbanização. O tom adotado é de preocupação com o crescimento urbano e os efeitos do rápido desenvolvimento pelos quais passam as cidades e que segundo o documento tem transformado as áreas urbanas, podendo ser como resultado “a fragmentação e a deterioração do patrimônio urbano”, capaz de transformar a “essência” de áreas históricas urbanas.

O que se destaca na Recomendação é a ameaça do urbano, em sua essência mutável, sobre as cidades e núcleos históricos, como se estes também não fosse mutáveis. O que remete a argumentação de Choay em “O reino do Urbano e a Morte da Cidade”, onde discorre sobre a extensão das recentes transformações nas cidades europeias. Tão profundas segundo sua avaliação que provocaram o desencontro entre o espaço urbano e a palavra cidade, que não mais a define:

Não chegou o momento de admitir, sem sentimentalismos, o desaparecimento da cidade tradicional e de perguntar-nos sobre o que a substituiu, isto é, sobre a natureza da urbanização e sobre a não cidade que parece ter se convertido no destino das sociedades ocidentais avançadas? (CHOAY, 2004, p. 2).

Choay constrói sua avaliação sobre os resultados do espraiamento urbano e os efeitos da urbanização dispersa e fragmentada, sobretudo os resultados visuais de tais transformações, em oposição à forma das cidades pré-industriais, densas, compactas e de centralidade econômica, social e cultural definidas. Nessa perspectiva a dispersão urbana, o crescimento fragmentado e sobretudo projetos e imaginários urbanos como a Cidade Linear de Arturo Soria Y Mata ou a Ville Contemporaine, Plan Voisin e Ville Radieuse de Le Corbusier seriam os “sinais de desconstrução” das cidades tradicionais tal qual a conhecíamos.

Não seriam estes, os mesmos “sinais de desconstrução” que a Recomendação pontua e reconhece como risco à preservação das cidades históricas? Se o modelo de cidade ideal ou de patrimônio ideal é aquele cristalizado no imaginário urbano, sobretudo europeu, de cidades compactas, centralizadas e com certa homogeneidade espacial, é possível que as reestruturações espaciais em curso sejam de fato sinais, mas não do fim ou da negação da cidade. Isso porque os processos de transformação e reestruturação econômica, social e territorial são recorrentes na história das cidades. Ou seja, a cidade e mesmo o patrimônio, não são imagens congeladas no tempo, pelo contrário, estão em constante construção e reformulação de suas temporalidades e processos de apropriação e interpretação sociais.

Para Margareth Pereira (2008), as análises que preconizam o fim da cidade tradicional ou o risco de perda de sua estrutura material e conseqüentemente simbólica, consideram curtos espaços de tempo, desenvolvendo discursos generalizantes pautados sobretudo em aspectos materiais e visuais das cidades:

A leitura dos compêndios de “história das cidades” ou de certos textos da “história das ciências sociais e humanas” nos permitem constatar o quanto são recorrentes os processos de mudança de escala, ritmo ou duração nas interações das cidades, bem como os processos de regulação nas tecnologias de comunicação e informação, de “ajustes” macroeconômicos ou de investimento nas reformas da imagem das cidades (PEREIRA, 2008, p.8)

Em nosso contexto social, os discursos generalizantes sobre o fim da cidade, pautados numa suposta “perda” da cidade tradicional e de um meio urbano cada vez mais complexo e fragmentado é ainda mais problemático. Isso porque, conforme Waisman (2002), os processos de fragmentação e dispersão urbanas atribuídos por autores como Solá-Morales (2003), Secchi (2006) e Ascher (2010) como marcas da urbanização contemporânea no contexto europeu não podem ser simplesmente transpostos para a realidade latino-americana.

Essa necessária diferenciação entre o contexto europeu e latino-americano é relevante, uma vez que como se observa na Lista de Patrimônio Mundial, não só os sítios europeus são privilegiados, como também as tipologias mais privilegiadas dentro da categoria cidade, são os modelos

tradicionais de centros históricos consolidados. A exceção talvez seja o Rio de Janeiro, a única paisagem cultural em um contexto urbano, chancelada pela Unesco e a que mais parece tratar do urbano como objeto de preservação, ainda que contida entre espaços delimitados em uma estratégia para que a candidatura fosse aceitaⁱⁱⁱ.

A candidatura do Rio de Janeiro é ilustrativa para nosso contexto nacional a medida em que nossos núcleos urbanos, áreas de interesse culturais, entre outras passíveis de preservação não se configuram como conjuntos coesos, facilmente identificáveis, são antes de tudo marcados pela presença de múltiplas temporalidades, fragmentação socioespacial e cortes abruptos de camadas, descontinuidades da malha e de escala urbana.

3. Fragmentos Patrimonializados como alternativa:

O escritor Vergílio Ferreira define a contemporaneidade como o tempo do fragmento: *“Vivemos no tempo do fragmento. Nada é inteiro, consciente, estruturado nos seus elementos. Nada dá de si uma garantia no suporte do que lhe aguenta a segurança. Nada tem razão de ser.”* (1992, p.123.)

Para a construção da noção de fragmento como forma de reflexão sobre as áreas patrimonializadas, tomamos a característica mutável do fragmento pra abordá-lo não apenas como um produto da fragmentação, delimitado pela intotalidade de sua existência e ausência de continuidade urbana, mas por sua dupla relevância tanto por sua localização em relação ao tecido urbano, quanto pelas dinâmicas socioespaciais em seu interior.

A fragmentação é um conceito polissêmico com convergências e divergências em sua interpretação. É também um conceito multiescalar por tratar dos processos de reestruturação global até processos locais relacionados às transformações no tecido urbano.

Fora do campo do urbanismo e da geografia, o conceito também é mobilizado por teóricos dos Estudos Culturais para abordar a constituição de identidades dos chamados *“sujeitos pós-modernos”* e suas dinâmicas de interação social (CLIFFORD, 1997, HALL, 2006).

De acordo com Salgueiro (1998), fragmentação da forma das cidades é definida pela descontinuidade espacial gerada pela justaposição de áreas urbanas fragmentadas e rupturas no território com padrões aleatórios, compostos por redes desconexas, enclaves e racionalidades distintas. Esse processo não se dá apenas em relação à expansão do território para áreas mais afastadas dos grandes centros, mas também na reorganização funcional de áreas centrais. Nesse contexto Goulart (apud CASTRO, 2009) afirma que *“houve um esgarçamento do tecido urbano”* em sentido multidirecional, tanto para fora quanto para dentro.

Em uma perspectiva histórica, apoiada pela leitura de autores europeus como Bernardo Secchi, François Ascher e Sola-Morales, a fragmentação do território, práticas e estratégias de intervenção são características centrais das cidades contemporâneas.

Secchi (2006) entende que os processos de expansão e transformação em curso nas cidades contemporâneas pode ser entendida através da figura retórica da fragmentação. Para o autor, se o que marca a cidade moderna é a figura da concentração e, em parte, e como alternativa a esta, a descentralização, a cidade contemporânea se mostra como um palimpsesto em que suas diversas camadas históricas e fragmentos se mesclam a partir de múltiplas e legítimas racionalidades. Desse modo é possível dizer que as características das cidades que se sucederam ainda convivem em uma nova reorganização de seu sentido, partindo de um todo único para múltiplos sentidos e significados.

Essa oposição entre cidade moderna e contemporânea também é referida por Ascher (2010) ao tratar de um outro aspecto da fragmentação. Segundo o autor, a diversificação das dinâmicas sociais, individualização de escolhas e a própria diferenciação social estão diretamente associadas às transformações na forma das cidades:

As formas das cidades, sejam projetadas, sejam resultantes mais ou menos espontaneamente de dinâmicas diversas, cristalizam e refletem lógicas das sociedades que as acolhem. [...] o desenvolvimento das sociedades modernas imprimiu progressivamente novas lógicas à concepção e ao funcionamento das cidades (p. 20)

A fragmentação não é sentida apenas na forma das cidades, mas também nos modos de interação social e a relação entre o homem e o meio:

[...] o bairro deixa de ser o lugar de integração da integração das relações de amizade, familiares, profissionais, cívicas; os vizinhos imediatos não são necessariamente os amigos, ou parentes, ou colegas, salvo nos guetos de ricos e pobres. O local muda de natureza e sentido: ele é cada vez mais escolhido e apenas contempla realidades sociais fragmentárias. (p. 64)

Este processo não se dá apenas nos novos bairros afastados dos grandes centros onde a urbanização é marcadamente dispersa e fragmentada, mas também nas ditas áreas “tradicionais”, isso porque mesmo as partes da cidade conservadas materialmente, também passaram por transformações profundas nos modos de apropriação e em suas dinâmicas econômicas, sociais e espaciais passando a funcionar de modo fragmentário dentro do tecido urbano (Ibid. p.28).

A fragmentação também é abordada por Solà-Morales (2003) ao tratar do projeto na cidade contemporânea, sobretudo ao abordar dos processos de ocupação do território e da descontinuidade espacial. Para o autor, a prática projetual a partir da adoção de imagens aéreas em substituição de vistas e perspectivas por imagens aéreas estaria diretamente associada à “condição fragmentaria, ilegível e agressiva da paisagem contemporânea” estendida por um território só compreensível a partir de determinados alguns pontos de vista situados fora do olhar convencional.

Partindo para o contexto latino-americano, Waisman (2002) reafirma a relevância da fragmentação no entendimento das cidades uma vez que fragmentação não se apresenta como um processo recente, produto de dinâmicas contemporâneas, já que em razão dos padrões de urbanização acelerados, a paisagem destas cidades é constituída por grandes colagens, onde diferentes tempos históricos, tipologias formais e funcionais apresentam-se simultaneamente no mesmo espaço-tempo, o que dificulta tanto sua leitura, quanto as possíveis intervenções.

Nesse contexto, a descontinuidade histórica não é apenas espacial, mas temporal. Por estarem em um processo contínuo de mudança, destruição e substituição de edificações, a paisagem não chega a se consolidar em nenhum momento de sua história, em muitos casos perdendo fragmentos que poderiam ter alcançado alguma unidade. Por esse motivo a autora ressalta a relevância da trama urbana para a leitura da paisagem, por ser este um atributo de longa duração na história urbana, mesmo que possam sofrer drásticas alterações pontuais. Mas estes fragmentos não se constituem como elementos isolados, ao contrário, possibilitam a compreensão do todo urbano, a partir de sua própria descontinuidade.

Essa relação entre o fragmento e o todo é uma ideia muito cara ao campo da literatura, da qual empresto definições para a compreensão dos fragmentos patrimonializados no contexto da pesquisa.

Maurice Blanchot, escritor, ensaísta, romancista e crítico de literatura francês, define o fragmento em sua experimentação literária como “*a evidência de um corpo desmembrado*” (1980), que se constitui por aquilo que falta. Ou seja, o fragmento se define por sua interrupção, um corpo em aberto, sem início ou fim onde o passado e o presente estão condensados.

Em seu livro, *L'écriture du Désastre*, também composto por fragmentos, Blanchot argumenta sobre a incompletude do fragmento ao mesmo tempo em que evoca seu caráter descontinuo ou uma “*continuidade com intervalos*”, também evoca uma unidade que jamais poderá acontecer.

Os fragmentos são separações inacabadas; o que eles têm de incompleto, de insuficiente, trabalho da decepção, é sua deriva, o sinal de que, nem unificáveis, nem consistentes, eles se deixam separar por marcas com as quais o pensamento, ao declinar e ao se declinar, imagina conjuntos

furtivos que, ficticiamente, abrem e fecham a ausência de conjunto, mas, definitivamente fascinado, não para, sempre mantido pela vigília nunca interrompida. Daí a impossibilidade de dizer que tenha havido intervalos, pois os fragmentos, destinados em parte ao branco que os separa, encontram nessa distância não o que os termina, mas o que os prolongará, o que já os prolongou, fazendo-os persistir por sua incompletude [...] (1980, apud JACQUES, 2001)

Friederich Schelegel, ao tratar da construção do pensamento romântico alemão, que ao romper com o racionalismo da obra de Kant e Fichte, se volta para o princípio da descontinuidade, justamente a partir de fragmentos, afirma que *“Muitas obras dos antigos se tornaram fragmentos. Muitas obras dos modernos já o são ao surgir”* (1997, p.51)

No estudo introdutório da edição Pólen de Novalis, Torres Filho (2001) aborda justamente essa afirmativa, esclarecendo que se num primeiro momento da filosofia, os fragmentos o são de forma accidental, no romantismo alemão a forma de escrita é propositalmente construída a partir de fragmentos:

O discurso dos pré-socráticos foi reduzido a fragmentos pela erosão do tempo e as configurações da História. A escritura dos primeiros românticos alemães nasce já na forma de fragmento – produto, talvez, de uma erosão e conflagração no próprio pensamento? (NOVALIS, 2001. p.11).

A afirmação de Torres Filho, ainda que tratando da construção de textos filosóficos pode ser transposta ao meio urbano, no sentido de que os fragmentos que ora reconhecemos como fragmentos patrimonializados são a fração incompleta de uma situação urbana que se erodiu, mas que também não é incorporada, uma vez que é justamente o fragmento a unidade de intervenção dos projetos urbanos contemporâneos. Dessa forma não se apresenta a superação da fragmentação, mas sua compreensão, enquanto fragmentos descontínuos, múltiplos e dinâmicos.

Diferentes camadas sociais projetam leituras e significados diferenciados sobre fragmentos do tecido urbano. Tais significados e usos por vezes desiguais, se refletem também sobre o patrimônio cultural. Por esse motivo, as formas de apropriação do espaço e principalmente a imagem que se faz dele também serão diferenciadas para cada grupo, uma vez que a constituição desse arcabouço de significados, está intimamente ligada à forma como a cidade é apropriada e percebida cotidianamente.

Nesse sentido, caberia compreender a seleção e preservação de áreas urbanas, não como uma busca por uma possível uniformidade, mas como um todo fragmentado entre diversas apropriações desiguais. Nas quais a própria incompletude formal e simbólica são os valores a serem preservados.

4. Referências

- ASCHER, François. **Os novos princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BANDARIN, Francesco. **The historic urban landscape**. Managing Heritage in an Urban Century. Ames, Iowa: Wiley -Blackwell, 2012.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Fábio. **É preciso entender o Brasil urbano**. Agência FAPESP, 2009.
- CHOAY, Françoise. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. **Projeto História**. Trad. port. Eveline Bouteiller Kavakama. São Paulo: Educ, 18, maio, 1999, p. 67-89
- CLIFFORD, Geertz. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro (RJ): Vozes: 1997.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente: Ensaios**. n.32. São Paulo, 2013 p.83-118.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015 [2006]

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2001.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 24. São Paulo, 2008.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Org. Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

MATTOS, Guilherme M. M. **Leituras de um passado, Desenhos de um futuro**: A preservação do patrimônio cultural edificado na área central do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Urbanismo). PROURB/UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

NOVALIS, Friedrich Von H. **Novalis: fragmentos, diálogos, monólogo**. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Iluminuras, 2001

PEREIRA, Margareth S. Dos conceitos de cidade ou pequeno manifesto em favor de objetos múltiplos, indecisos e fluídos. **X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 2008, Recife. Anais do X SHCU. Recife: MDU/UFPE, 2008.

RIBEIRO, Rafael Winter. Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para a formação de políticas de patrimônio. In: CUREAU, Sandra; KISHI; Sandra A. S.; SOARES, Inês V.; LAGE, Claudia M.F. (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p.255-267.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana: o Rio de Janeiro e os desafios para a Lista do Patrimônio Mundial. **Revista Identidades: território, projeto, patrimônio**, v. 6. Barcelona, 2015. p. 235-256

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Inforgo**, Lisboa, n. 12/13, 1998, p. 225-235.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. D. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

SOUZA, Maria Adélia A. Cidade: Lugar e geografia da existência. In: VASCONCELOS, Pedro A.; SILVA, Sylvio B. M. **Novos estudos em geografia urbana brasileira**. Salvador: EDUFBA, 1999.

WAISMAN, Marina. **O Interior da História**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ⁱ A noção de monumento histórico aqui utilizada é definida pela Carta de Veneza (1964) por ser a mais referenciada nos instrumentos disponíveis para a tutela dos bens patrimoniais: “*Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.*”

ⁱⁱ No primeiro dicionário de língua portuguesa, organizado pelo padre jesuíta Raphael Bluteau e publicado em 1728, as palavras aparecem assim designadas: CIDADE. Multidão de casas, distribuídas em ruas e praças, cercadas de muros e habitadas de homens, que vivem em sociedade e subordinação. Já Urbano, aparece assim definido: Coisa própria dos que vivem em Cidades.

iii Sobre a construção da candidatura e os desafios presentes na gestão do sítio urbano, ver Ribeiro (2011 e 2015). Para uma análise crítica de como a categoria de Paisagem Cultural tem sido operada pela Unesco, ver Figueiredo (2013).